

# “AEQUITATE JUSTITIAM EFFERAMUS”

*Bacharelando ELISEU FERREIRA LIMA*

(Orador oficial da turma de bachareis de 1954, da Faculdade de Direito do Ceará).

O difícil momento de transição política, vivido presentemente pela nossa Pátria, põe, outra vez, em relêvo, o sempre palpitante tema da paz universal.

E ainda agora, depois de analisá-lo com o devido interêsse, a conclusão a que chegamos desagrada.

Não é que falte às Nações Unidas o desejo ardente de fomentar o clima pacífico por que tanto almeja a família humana.

Ao contrário, é visível a inclinação dessa colenda assembléia no sentido de, o quanto antes, assegurar o máximo bem-estar social.

Acontece, porém, que a complexidade dêsse problema sociológico, além de acurado estudo, reclama a nossa ação conjugada.

E é, parece-nos, o que resta fazer, sob pena de medrar “a semente da guerra mundial nº 3”, para repetir a séria advertência de Henry Wallace.

Felizmente, nem a sombria perspectiva da hora atual faz esmorecer a nossa fé no advento, em futuro próximo, de uma vida internacional, pelo menos, sem grandes conflagrações.

O primeiro passo neste rumo foi dado, quando se reconheceu o Direito, como elemento catalizador por excelência — capaz de reagir, com eficácia, contra os agentes causadores de suas frequentes agitações.

De fato, o homem, na sua heroica peregrinação pelo mundo, não encontrou, até hoje, outro instrumento que, mais eficientemente do que êsse, facilite convivência social tranquila.

Assim, podemos sustentar a tese de que não há civilização sem justiça — que é o único meio de se obter a paz e a mira imediata da norma jurídica.

O salmista, aliás, já cantava: “JUSTITIA ET PAX OSCULATAE SUNT”.

Se é assim, então, no tecido flácido da sociedade há uma camada celular incumbida de especial missão.

É aquela integrada por quantos, no conceito feliz de Clóvis Bevilacqua, se dedicam ao culto da Justiça.

Daí a decisão unânime da turma que hoje transpõe as portas da Faculdade de Direito do Ceará, parando no ápice de suas escadarias, para, antes de subir às culminâncias dêsse sacerdócio, fazer sua profissão de fé.

Queremos preencher o instante solene em trânsito, meditando seriamente no espinhoso encargo que a vida profissional nos reserva.

Que cada um de nós, depois dessa reflexão, se sinta com mais coragem para atingir a meta final, cujo caminho, certamente, é pontilhado de sofrimentos e de exaltações, de amarguras e de esperanças.

\* \* \*

O estudo estrutural da sociedade humana do século XX

leva-nos à convicção de que, ainda hoje, a sua principal crise é de natureza moral.

E, entre as causas determinantes de tão deplorável situação, encontramos, como fator eficiente, — a doutrina do individualismo, cujos postulados vingaram facilmente.

Em consequência, o homem moderno, na ânsia de se libertar de tudo quanto seja dogmático, emancipa sua vida prática dos ditames da moral.

Vai ao extremo de julgar-se auto-suficiente até para traçar o programa do seu procedimento ético.

Sem perceber, perde o verdadeiro senso social, cuja fonte sadia é visceralmente cristã.

O resultado mais funesto dessa transformação reflete-se agudamente na esfera da sociedade, de cujo seio se ausenta, alijado pelo nosso egoísmo, o elemento confiança.

Tanto, que já houve quem salientasse: não adianta querer, em congressos diplomáticos, garantir o domínio da paz, se as nações que dêles participam continuam se armando secretamente.

Portanto, toda reforma visando a felicidade dos povos, para que dê resultado, terá de começar pela base.

Urge, preliminarmente, aprimorar a formação moral do homem, se queremos sobre sólido alicerce erguer o trono ao reinado da verdadeira paz.

Fulton Cheen vê bem o assunto, quando ressalta que o problema hodierno da tranquilidade humana não depende da bomba atômica em si. Reside, essencialmente, no caráter do homem que vai utilizá-la.

Pensamos, em suma, que o regime da paz plena só será instaurado no Universo quando a humanidade, renunciando ao egoísmo que a fracciona, tomar novamente por modelo a civilização que renegou — a única que permite, sem choques, — vida livre, igualitária e fraternal.

É que, só depois de aprumar sua conduta íntima, pode o

homem projetar-se no ambiente social, ocupando com dignidade a posição que lhe cabe.

Parece-nos que a necessidade dêsse aperfeiçoamento se torna mais urgente para aqueles que detêm nas mãos funções jurídicas.

Afinal, o Direito é, como ensina Clovis, a “organização da vida social”.

Com efeito, vendo o homem em seus contactos e relações mútuas, corporifica o sublime ideal da fraternidade, condição primária de paz e progresso.

É excelente instrumento de coesão social, devendo, por isso mesmo, os seus sacerdotes compreender a magnitude da missão que assumem, para o que não devem olvidar a lição clássica de Bentham, expressa geomètricamente, segundo a qual o círculo do Direito é envolvido pelo círculo da moral.

Mister se faz que êles acreditem “no Direito iluminado pela moral”, por que é moralizando a lei que a utilidade de cada um e de todos se transforma em justiça.

Destarte alimentamos, nesta hora memorável, o desêjo sincero de, pela verticalidade das nossas atitudes, ajudar na construção do pedestal de Justiça de que carece, para se manter firme, a estátua da paz.

Serve-nos de farol, nêsse afã, a legenda do nosso quadro: “AEQUITATE JUSTITIAM EFFERAMUS”.

Dignificar a Justiça pela equidade, será, realmente, a nossa constante preocupação, seja qual for o papel que nos couber no curso da vida prática.

Alguns, seduzidos pela política, ficarão temporariamente afastados da linha reta que leva ao alvo da nossa carreira.

Maior será a responsabilidade dêles, pois lhes fica a grave tarefa de fazerem política sadia.

Como sentinelas da Constituição e zeladôres das liberdades, cumpre-lhes, sobretudo, prestigiar a democracia — essa forma

de governo compatível com as nossas tradições históricas, e que não sacrifica a dignidade humana.

No Congresso, ou exercendo cargos executivos, pautaremos a nossa conduta em consonância com o Direito e sempre à luz da moral.

Nossa voz não cessará, enquanto puder contribuir para a valorização da magistratura.

Ficou-nos gravada, indelêvelmente, a lição do professor Alvaro Costa, pugnando pela independência dos nossos juizes, como medida capaz de afastá-los do convívio nefasto da política regional.

São Tomaz de Aquino já ensinava que ninguém pode sêr honesto sem um mínimo de condições econômicas.

Por isso, empregaremos também todos os esforços afim de que o nosso juiz se emancipe economicamente, mediante melhor remuneração.

A maioria, começando a luta pela vida, tomará o caminho que escolheu por vocação.

Ilustre jurista disse, certa vez, que pedir ou fazer justiça constitui a obra mais infável do homem.

É esta a investidura que daqui há pouco nos cairá sobre os ombros.

E os que se encarregarem de distribuir justiça tudo farão

No pensamento conduzirão o exemplo de Kant, cuja alma para não perder o imprescindível aprumo moral.

transbordava de admiração quando via o céu estrelado ou a moral dentro dêle.

Procurarão principalmente ser equânimes.

Aprendemos com Oliveira e Silva “que não há leis inteiramente injustas, por que o magistrado pode humanizá-las”.

Convencidos de que a Justiça não condescende, jamais se curvarão, nem quando pressionados pela voz do sangue.

E porque a ordem social depende de sua ação enérgica, no

momento da sentença, estão prevenidos contra a tibieza, afim de que punam, sempre que isso for de justiça.

Finalmente, trazem no coração a grave advertência de insigne advogado patricio: “a prevaricação judiciária é também assassina”.

Outros abraçarão a advocacia incluindo aí a honrosa missão dos defensores da sociedade.

E ao fazê-lo, consideram como principal e inviolável dever nunca serem pusilânimes.

Quanto mais agitados forem os momentos históricos — mais corajosa e decidida há de ser a nossa atitude.

Em toda parte onde houver alguém acusado ou vítima, seja de que espécie de violência, aí estaremos pela razão e pela justiça, prontos para defendê-lo com o gládio da lei.

Não nos surpreenderemos quando o direito que pleiteamos fôr denegado — o que, ensinam os mestres, — acontecerá com frequência.

Isso, porém, nunca nos afastará do campo da luta, onde se trava a batalha pelo império da justiça.

O prestígio fascinante dos poderosos jamais nos levará ao crime de encobertar injustiças.

Mais nos seduz a imortal memória de Papiniano, aquêlê jurisconsulto romano que perdeu a cabeça porque não quis justificar o fraticídio de Caracala.

Depois, o advogado Lincoln, exemplo edificante de honradez profissional, ainda hoje tem o seu nome ligado aos pósteros, como símbolo augusto de liberdade.

E nem precisava transpor as fronteiras pátrias, bastando lembrar o padrão corajoso de Rui, que sempre se fêz defensor dos oprimidos embora ficasse, como tantas vezes ficou, exposto ao ódio dos déspotas.

Iremos, portanto, advogar, advertidos pelo sábio e prudente conselho do Levítico: “não se deve fazer injustiça no juízo”.

\* \* \*

Essa é a nossa profissão de fé, extrato da oração que nos enche a alma neste instante e que, certamente, não soube minha palavra exteriorizar bem.

A nossa geração teve o privilégio de cêdo ser convocada para a análise dos graves e inquietantes problemas que preocupam a humanidade.

A êsse chamamento atendemos prontamente, nós que vamos entrar na vida prática investidos da toga, ante a qual até as armas cedem.

Sem recêio, aproximamo-nos do altar-mór desta Escola, diante do qual, cercados pelos luzeiros da sua Congregação, receberemos a augusta investidura.

É que nos conduz, o nome digno de antigo pontífice dêste templo, o professôr Djacir de Menezes.

A ansiedade que já nem dominamos mais, de ouvir também o evangelho do dia, na palavra do querido Dolôr Uchôa Barreira, apressa-nos os passos.

Que a aula de hoje nos faça eternos enamorados do Direito e nos convide, aceitando o conselho de Calamandrei a entregar inteiramente o nosso coração ao Tribunal, "delícia e martírio" da vida do advogado.